

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

----- Aos 28 dias do mês de Junho do ano de 2006, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **PONTO UM** - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

----- **PONTO DOIS** - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO; -----

----- **PONTO TRÊS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ALTERAÇÃO ÀS MEDIDAS PREVENTIVAS NA ÁREA DO PLANO DE PORMENOR DO PLIA – PARQUE LOGÍSTICO E INDUSTRIAL DE ARAZEDE -----

----- **PONTO QUATRO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DO PROJECTO NO ÂMBITO DO QCA III – EX-EN 341 DO KM 30,050 AO KM 37,023 (CONSTRUÇÃO)-----

----- **PONTO CINCO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO; -----

----- Feita a chamada e verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa (PMAM) declarou aberta a Sessão às 15.30 horas. -----

----- **PRESENCAS** - Membros: Lídio dos Santos Cristo, José de Oliveira e Sousa, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha, Mário de Oliveira Maia Pardal, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Edite Maria Monteiro Girão, Armindo Mota Correia, Milena Sofia Jorge Faria, Fernando Manuel Dias Monteiro, Olímpio Varela Baía, Jorge Manuel Gonçalves Mendes dos Santos, Vítor Manuel Monteiro Travassos, Rui Manuel da Costa Rodrigues, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Jorge Luís Forte Camarneiro, Nuno Miguel Pinto Loureiro, Maria Isabel Martins Rolim, João Paulo Cardoso Rosado Maurício, José Manuel Cardoso Buco, José Uriel Carvalho Breda e os Presidentes de Junta de Freguesia (PJF) de Abrunheira, Araze de, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

----- **AUSÊNCIAS** - Fernando Jorge dos Ramos, José Laranjeiro Costa, Mário Idílio Paulino de Oliveira e Carla Sofia Oliveira Freitas. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

-----**FALTAS JUSTIFICADAS** - Fernando Jorge dos Ramos, José Laranjeiro Costa e Mário Idílio Paulino de Oliveira-----

-----**Presenças dos Senhores Vereadores** – Pedro Manuel Monteiro Machado, António Monteiro Saltão, António Girão Rasteiro e Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge.-----

-----Foram, entretanto, aceites pedidos de justificação de faltas e/ou atrasos de Membros da AM, que foram despachados e arquivados em dossier próprio. -----

----- **PONTO UM- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- De imediato PMAM usou da palavra: “Registando-se a existência de quórum vamos dar início aos trabalhos. Começo, obviamente, por cumprimentar os Membros da Mesa da Assembleia (MAM), o senhor vice-presidente da Câmara Municipal (VPCM) Pedro Machado, os senhores Vereadores, todos os Membros da AM, a nossa colaboradora Neiva Esteves e público em geral. Desejo a todos uma boa Sessão de trabalho e informo que o senhor Presidente da Câmara Municipal (PCM) não vai estar presente, porque se encontra presente numa reunião na Câmara Municipal da Figueira da Foz o que impossibilita a sua presença. -----

----- Informo, também, da renúncia de mandato do Membro da AM José António Serrano que será substituído, de imediato, pelo Membro Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, ao qual será dada a respectiva posse, e referir-vos as substituições hoje verificadas: José de Oliveira e Sousa substitui Fernando Jorge dos Ramos e Carla Sofia Freitas que deveria substituir o Mário Idílio Paulino que, por sua vez, viria substituir José Laranjeiro Costa. Para os mais novos faço votos de boa incorporação dos trabalhos com a certeza de que vêm trazer a esta AM um valor acrescido. -----

-----Os líderes dos Grupos com assento nesta AM, bem como os Membros do executivo, transmitiram o seu empenho para que os trabalhos se iniciassem com a evocação da memória de duas pessoas: o Engenheiro Cunha Torres - ex-Membro desta AM, natural de Pereira que emprestou o seu melhor saber e conhecimento à causa política e pública do Concelho e o Dr. José Manuel Alves, Presidente da Região de Turismo do Centro, um homem que, de uma forma nobre, soube defender os superiores interesses da Região Centro. Assim, proponho que tenhamos para com eles um aceno de cortesia e de respeito e, de imediato, guardemos um minuto de silêncio. ----

-----Dando, agora, continuidade ao Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD), coloco à discussão a acta da Sessão Extraordinária do dia 25 de Abril e pergunto se alguém quer fazer algum aditamento ou alteração.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstenções – 1; -----

----- Votos a favor – 33.-----

----- A acta da Sessão Extraordinária de 25 de Abril de 2006 foi aprovada por maioria. -----

----- De seguida passou-se à discussão e votação da acta da Sessão Ordinária de 26 de Abril de 2006, que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 34.-----

----- A acta da Sessão Ordinária de 26 de Abril de 2006 foi aprovada por unanimidade.-----

----- O Secretário da MAM, Vítor Travassos, referiu que, para além da correspondência mencionada no mapa enviado a todos os Membros, há a registar a carta de renúncia do Membro José António Pessegueiro Serrano, as dos pedidos de substituição dos Membros Fernando Jorge dos Ramos, José Laranjeiro Costa e Mário Idílio Paulino de Oliveira que, por motivos profissionais, não podem estar presentes e uma da Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, que refere a realização do “6º Colóquio Nacional, de 9 a 12 de Outubro, na Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Senhor PAM, senhores Membros da AM, senhor vice-presidente da CM, senhores Vereadores – antes de mais gostava de aproveitar a oportunidade, muito embora já o tenhamos feito de uma forma simbólica com o minuto de silêncio, para fazer a evocação de José Manuel Cunha Torres que era um digno ilustre montemorense, natural de Pereira” - **documento anexo** à presente acta sob o número **01**. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Tive o privilégio de, neste hemiciclo, poder privar e poder estar presente em Sessões da AM onde, efectivamente, a contribuição do Engº Cunha Torres foi por demais evidente. Fora das diferenças políticas aliava-se uma excelente amizade a todos nós e é, realmente, à memória dele que o grupo da Coligação Montemor no Rumo Certo (CMNRC) gostaria de se solidarizar, até porque não podemos esquecer o perfil humano que soube ter durante toda a sua vida”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

-----O Membro Oliveira e Sousa pediu a palavra e disse: “Com o devido respeito senhor PMAM: a V. Ex.^a os meus respeitosos cumprimentos, extensíveis aos ilustres Secretários, aos ilustres Membros do Executivo e meus ilustres colegas.-----

-----É óbvio que na sequência do falecimento do Engenheiro Cunha Torres, o Partido Socialista (PS) também se solidariza com o seu desaparecimento porque, além de tudo o que aqui já foi dito pelos antecedentes oradores, era um grande pereirense. Era, efectivamente, também um homem que vivia as coisas de Pereira, assim como eu e quando se vive demasiado aquilo que mais amamos ficamos sempre no espírito e eternamente gravado na memória de quem nos ama. Era um homem amado por todos, independentemente da sua filosofia política, porque era um homem bom. Era um homem sacrificado, inteligente, que veio de si e só e chegou ao ponto onde chegou com todo o mérito. É óbvio que a Vila de Pereira e todo o Concelho se recentem com a sua perda, porque não é todos os dias que nascem e se criam pessoas como esta. O PS solidariza-se com tal perda. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

-----Votos contra – 0;-----

-----Abstenções – 0; -----

-----Votos a favor – 34. -----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “O assunto desta segunda intervenção prende-se com o futuro do Atlético Clube Montemorense (ACM). Ao fazer isto não pretendo tecer elogios aqueles que tenho criticado, mas abordar assuntos que, na minha opinião, são relevantes para a freguesia de Montemor, neste caso, e para o concelho também. Relativamente a este tema repetia que, por vezes, quando se fala nas várias freguesias, terras ou clubes, confundimos bairrismo balofo com realidade concreta e daí que venha propor que se dê um apoio excepcional ao relançamento e à auto-sustentabilidade do ACM. A realidade concreta do ACM é complicada e o que afirmo é verdade e pode ser facilmente constatado, senão vejamos: o campo de jogos era do Atlético e deixou de o ser porque foi comprado pela Câmara nos anos 80 - na altura quem o fez não o fez por mal, mas acabou por condicionar o futuro do clube e, é verdade também, que quem está na sede de Concelho, muitas vezes, beneficia do apoio do Município mas outras vezes acaba por ser prejudicado pelo facto de beneficiar de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

algum desse apoio, aparentemente. Deixo, por isso, uma proposta à AM pois se não se tomarem medidas iremos perder uma instituição que tem 70 anos de existência e que possui algum mérito desportivo no nosso Concelho”. - documento anexo à presente acta sob o número **02**.-----

----- O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “Boa tarde a todos. Sobre esta moção permitam-me dizer duas coisas: a primeira para agradecer ao membro Jorge Camarneiro por ter feito esta retrospectiva apesar de já estarmos um bocadinho habituados a que ele faça o historial do nosso concelho assacando sempre as culpas a elementos do PS; a segunda, para referir que, embora entendamos a importância que o ACM tem para o concelho e para a freguesia, também sabemos que este pedido deveria ser atendido pelo Executivo, não por esta AM. Por outro lado não esqueçamos que se a todas as Associações que passem por este tipo de dificuldades monetárias, a CM fosse dar uma verba extraordinária, e tendo nós algumas dúvidas da saúde financeira da CM, a situação poderia tornar incontrolável e, por isso, o grupo do PS vai abster-se nesta moção”. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Senhor PMAM, gostaria de saber se isto é uma proposta ou não?”-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra para justificar a sua pretensão, dizendo: “Era uma proposta, de facto, para que a AM recomendasse à CM e à JF”.-----

----- O PMAM disse tê-la entendido como recomendação, mas o membro Jorge Camarneiro poder-se-ia pronunciar e ser mais objectivo.-----

----- O Membro Mário Pardal ainda no uso da palavra disse: “Se é uma recomendação, efectivamente vale o que vale e, portanto, não poder ser votada. Senhor PMAM - sou montemorense e honro-me muito por isso e, quando entendo fazer as intervenções sobre Montemor, sobre o meu concelho, também as faço obviamente. Não as fiz, porque entendi ainda não ser oportuno. De todo o modo ainda não vou comentar este assunto e se é uma recomendação segue a tramitação normal, o grupo da CMNRC é completamente alheio a esse tipo de recomendação”. -----

----- O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “À pouco fiz o comentário que fiz considerando que seria uma proposta e não uma recomendação à CM, mas mantenho a declaração de voto do grupo”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro usou da palavra, dizendo: “Fui claro naquilo que apresentei. Propus um voto de apoio da AM ao ACM, primeiro, e, só após, uma recomendação o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

que é diferente. Enquanto Membro da AM posso apresentar uma recomendação à CM; outra coisa é ser a AM a fazê-lo, eventualmente com todos os membros da AM a solidarizarem-se com esse apoio ou com essa recomendação. Noto o que se tem tentado passar com alguns temas menos agradáveis para este ou aquele grupo, mas como é recomendação tem o valor que tem, mas não só de alguém que recomenda pois propus que a AM se solidarizasse com esta recomendação. Para terminar, gostava de dizer ao membro Marco Góis o seguinte: tenho notado que é necessário mandar com muita antecedência as propostas e os textos para que se interpretem devidamente pois há membros da AM que têm uma certa dificuldade de perceber, ao correr da pena; talvez não me exprima suficientemente bem, mas não passa despercebida alguma dificuldade em perceberem, em interpretar aquilo que foi dito. O que disse e tive o cuidado de repetir, foi que não estava, neste momento, a julgar a bondade da decisão tomada na altura, pois ela tinha bondade - retirar do clube um custo, uma despesa. O que eu disse foi que acabou por trazer consequências, na minha opinião gravosas e não estou a responsabilizar a, b ou c, por ter prejudicado o Clube; estou a dizer que acabou por se revelar não uma medida acertada. Hoje o ACM podia ser dono daquele património, podia já ter o campo vedado e ter um bar, coisa que nunca teve e ter alguma fonte de receita naquele espaço, como têm os outros clubes. Dou o exemplo do Clube Desportivo Carapinheirense (CDC) em que eu concordo com o apoio que é dado pelo Município, que construiu um gimnodesportivo e pôs à sua disposição inclusivamente para receber as verbas provenientes da cedência desse pavilhão às escolas. Será possível o senhor VPCM dizer-nos qual é a receita mensal do CDC pela cedência do gimnodesportivo municipal às escolas da Carapinheira? Isso talvez nos esclarecesse e ajudasse a esclarecer de qual o montante que o CDC recebe por um equipamento, que bem na minha opinião, bem foi posto à sua disposição. Penso é que deveria haver uma maior equidade e, eventualmente, houvesse uma compensação adicional aos outros clubes desportivos do mesmo montante ou uma coisa semelhante. O que não faz sentido é que em Montemor o gimnodesportivo não possa ser cedido ao ACM porque é grande demais e o clube não tem dimensão; na Carapinheira faz-se assim, nas Faíscas faz-se de outra maneira e também não têm esse dinheiro - tiveram que construir, vão levando alguns apoios e é um bocado o fruto do trabalho deles. Assim, o que estou aqui a pedir é que se perceba isto como um problema concelhio e não como um problema estritamente local e que se dê a solidariedade de vida a um clube com 70 anos de história”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

----- O VPCM pediu a palavra e disse: “Muito obrigado senhor PMAM. Aproveito para o cumprimentar, aos senhores Secretários da MAM, aos meus colegas Vereadores, a todos os membros da AM e à funcionária Neiva Esteves. Se me permite queria apenas, como referência, porque não usei da palavra no ponto específico, manifestar a minha solidariedade e o meu voto de pesar pela perda do Eng.º Cunha Torres com quem tive o gosto e o privilégio de privar nesta AM, onde percebi que para além das coisas que nos distinguiam, tínhamos muitas mais em comum, facto que, infelizmente, acabei por verificar aquando da sua morte e mais concretamente no seu funeral onde percebi, uma vez mais, a dimensão humana que ele tinha. Por vezes somos demasiado ocupados na vida para percebermos certas coisas e, acabamos por reconhecê-las tarde demais. Mas o Eng.º Cunha Torres para além da dimensão pessoal, profissional e partidária que representava tinha uma grande dimensão humana e pude perceber, de facto naquele funeral, o quanto andamos distraídos na vida e gostava de viva voz manifestar esse meu testemunho em relação à sua pessoa. -----

----- A segunda nota refere-se ao Presidente da Região de Turismo do Centro, com quem a CMMV tinha relações privilegiadas de trabalho pois sempre nos dedicou uma atenção e um carinho especial em todos os projectos que lhe fomos apresentando e que a vida se lhe acabou aos 44 anos, sendo, portanto um homem na flor da vida e também para ele o nosso testemunho.--

----- Quanto às questões concretas que aqui são levantadas há que perceber duas coisas. Aquilo que o membro Jorge Camarneiro traz à coacção nesta AM, sendo de facto uma questão concreta e específica de uma colectividade do concelho, com assinalável curriculum e história local, tem que ser visto cuidadosamente pelo Executivo. Quando somos levados a confrontar-nos com ela no seio de todas as colectividades e, caso a caso, como referiu e bem, terão de ser avaliadas as premissas e as condições que se nos levantam nesta moção, bem como o historial do clube que como aqui foi referenciado nos deve merecer uma atenção particular. Se fossemos entender esta proposta de moção ou de recomendação no seio daquilo que é o seu conjunto, teríamos que aceitar essa recomendação e fazê-la avaliar dentro daquela que é o regulamento de apoio ao associativismo concelhio e, neste caso, desportivo que está em vigor neste preciso momento. A grelha de apoio é conhecida por todos, foi aprovada em sede de AM e que, a não ser por extraordinárias circunstâncias, a situação do ACM teria que ser e deveria ser avaliada nessa medida. Da mesma forma que o é o Águias, o Pereirense e todos os outros clubes que, com mais ou menos idade, representam, de facto, hoje, para o Município e para as nossas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

populações, em primeiro lugar, escolas de formação individual - representam escolas de valores e que não são nem mais nem menos importantes pelo simples facto de estarem dentro ou fora da sede do Concelho. -----

-----Não sendo eu testemunha pessoal da história do ACM, como sabem sou natural deste concelho, mas não da Vila de Montemor, não tenho certamente a mesma visão objectiva que terão os cidadãos de Montemor, alguns deles membros nesta AM, mas fazendo sempre valer o princípio de que estão aqui em defesa dos valores do concelho. No entanto, recuso aceitar que, pelo simples facto da JF de Montemor-o-Velho ou do ACM estar sedado em Montemor poderia, à partida, ser prejudicado ou pelo menos não estar nas mesmas circunstâncias de igualdade de tratamento por parte deste Executivo. Isso refuto claramente e o tratamento dado pelos Executivos anteriores não me sinto à vontade, como devem calcular, para aqui avaliar. Há, de facto, uma questão de fundo que pesa sobre o movimento associativo actual, seja nos clubes, nos grupos de teatro, nos ranchos folclóricos, enfim, no vasto movimento associativo concelhio e que não pode, do ponto de vista do Executivo, ser visto caso a caso. No passado domingo, estive presente numa cerimónia de encerramento do ano desportivo de um outro clube do concelho que, pese embora não ter uma situação tão dramática quanto aquela que nos foi aqui apresentada, tem também alguns problemas ao nível da sucessão dos seus dirigentes e se o Executivo se substituísse àqueles que por direito devem assumir essa responsabilidade corria-se o risco de, a breve trecho a CM vir a ser o promotor de um conjunto de clubes de futebol do concelho. Essa é uma questão que a AM deve ponderar perante a crise objectiva do movimento associativo que temos hoje e que não é específica de Montemor e que é o assumir da paternidade de um conjunto de responsabilidades que eu entendo que não competem à CM. O que está aqui em jogo é, de facto, o papel dos dirigentes associativos e o avaliarmos qual foi o seu desempenho num passado recente, médio e mais longínquo para que a AM perceba quais as causas verdadeiras que estão em cima da mesa. Imaginem o que seria cada vez que há uma crise de dirigentes associativos numa colectividade ser a CM a assumir a responsabilidade de tomar para si essa mesma competência. Estaríamos a inverter o processo, até porque o movimento associativo impele exactamente ao contrário. O digníssimo Membro da AM não o referiu e julgo que bem, por pejo profissional e pessoal, mas sabemos que é dirigente do ACM e, portanto, nessa medida eu entendo que seria mais prudente se os dirigentes, junto do Executivo, esgotassem todas as possibilidades de soluções, não fazendo com que a AM, passo o termo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

embarque numa solução destas. Isto não minimiza, em nada, a importância que efectivamente tem o ACM como, de resto, todas as outras colectividades. Estão aqui dirigentes de colectividades com mais de 70 e 100 anos e aquilo que penso ser a política de fundo e sobre a qual a AM se deve pronunciar é de que até que ponto é que, como vai ser discutido no próximo dia 5 de Julho na Assembleia da República quando for colocada à apreciação e votação a Lei de Bases do Sistema Desportivo, devem ou não ser estas entidades a suportar, por si próprias, aquilo que hoje é uma falência do sistema do associativismo. Dificuldades estão referenciadas em todas as associações - temos aqui gente ligada ao teatro que as sente; temos aqui gente dos grupos de folclore que as sente; temos aqui gente ligada aos clubes desportivos que as têm. Julgo que a observação que aqui traz é preocupante do ponto de vista daquilo que significa para a sociedade montemorense, leia-se freguesia, de um Clube com uma importância que todos reconhecemos ser histórica, mas que não pode nem deve imputar nem à AM, nem à CM a responsabilidade de resolver um problema concreto que em muito deve ser dado aos dirigentes associativos. Sabem que têm desta CM e do PCM toda a solidariedade, como sempre tiveram todos aqueles que apresentaram projectos concretos, projectos viáveis, projectos sustentados para a evolução dos clubes. No entanto, neste caso concreto, não podem pedir à CM que venha a assumir a responsabilidade sobre a solução dum clube porque antes de dizer, se é que tinha que dizer, sim a essa questão, teria de avaliar, desde já, dois ou três outros casos que ele sabe, de antemão, que têm também problemas sérios para resolver. E, por isso senhor PMAM, senhores Membros da AM eu sensibilizaria, se assim se pode dizer, o proponente para que abordasse, obviamente, nesta questão a crise do movimento associativo nacional e concelhio, mas que a abordasse numa perspectiva de encontrar eco para que o movimento associativo venha a desenvolver outras estratégias que lhe permitam encontrar novos dirigentes associativos e não demitir-se duma responsabilidade que, neste caso, até é sua, para resolver um problema concreto”. -----

----- O PJP de Montemor-o-Velho pediu a palavra e disse: “Muito obrigado. Eu não podia estar em desacordo com aquilo que o Membro Jorge Camarneiro disse mas compreendo a explanação feita pelo VPCM. No entanto, esta AM não pode ficar com a ideia que a JF não tem estado a apoiar o ACM. Lembro que em Setembro de 2004 fizemos um protocolo com o ACM que lhe deu 5 mil euros e, depois, pagámos mais 700 euros em transporte aos jogadores no fim de época na viagem a Espanha, mais concretamente a Santiago de Compostela. Este ano temos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

um outro protocolo de 100 euros mensais em gasóleo, conseguimos dar lanche aos jogadores, nomeadamente aos juniores, e oferecemos algumas camisolas. É evidente que enquanto município e enquanto PJF queria que o ACM fosse um grande Clube. Não podemos esquecer que temos outras colectividades na freguesia e é evidente que não temos dinheiro para todas elas, dando-se aquilo que a JF pode. Agora, queria que a AM não ficasse a pensar que a JF está alheia aos problemas do ACM”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Gostava de recordar e vou fazer questão de entregar cópias daquilo que está escrito e que foi lido. Gostava de recordar que não houve nenhuma referência à falta de apoios, à hipotética falta de apoios da CM ou da JF. O que foi dito foi que para este clube, por razões que se prendem com o passado, não tendo criticado a tomada de posição, a decisão que foi tomada há 20 e tal anos acabou por se revelar prejudicial para a sua auto-sustentabilidade. Foi o que disse e mais nada do que isto e, portanto a intervenção do VPCM foi para a bancada, não foi para mim, nem sequer tem a ver com este contexto. O que eu disse e não pedi que o clube fosse suportado economicamente, foi que fosse prestado apoio excepcional ao seu relançamento e fiz uma pergunta à qual o VPCM não respondeu que foi, quanto é que o CDC e, eu não ponho em causa esta verba, pelo contrário acho que é um bom exemplo de como se pode ajudar a sustentar um clube, se é ou não possível sabermos, recebe mensalmente das escolas pela utilização do Pavilhão Municipal que lhe foi confiado. Esta informação era importante para podermos perceber que o que se pede é apenas que se dê um apoio excepcional ao relançamento e à auto-sustentabilidade do ACM. -----

-----Já agora gostava que o VPCM se remisse numa coisa: o ACM não presta serviços mas apoia entre 80 a 100 jovens, a maior parte deles que não são da freguesia de Montemor, nem da vila e, portanto presta um serviço comunitário e é importante que isto seja realçado, da mesma forma que outros clubes prestam apoios a jovens que não só da sua freguesia e não é isso que está em causa. -----

-----Quanto a envolver o meu estatuto de dirigente associativo, sou Presidente da Assembleia-geral do ACM e, para mim, as coisas são fáceis de resolver. Convoquei duas Assembleias-gerais, não apareceu ninguém, não há candidaturas, hei-de convocar uma outra e se até 6ªfeira não forem inscritas as equipas, um dia destes virei trazer as chaves a um sítio qualquer. Aliás a sede do ACM até é da CM e, por isso, é só uma questão de vir entregar a chave ao dono do espaço, e depois logo se verá. No entanto não é isso que está em causa; o que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

está em causa é se é ou não é possível prestar um apoio excepcional a um clube de 100 anos de história e que presta apoio a jovens do concelho”. -----

----- O PMAM usou da palavra dizendo: “Penso que a sua recomendação teve um impacto desejado junto da AM e do Executivo. Julgo que a equipa directiva poderá ter reuniões como o Executivo. Não podemos esquecer que outras associações, outros grupos desportivos terão as suas dificuldades, mas temos o país que temos, temos o concelho que temos e as dificuldades inerentes à situação actual”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro usou da palavra dizendo: “Tenho mais 2 documentos e um deles é referente à Empresa Municipal (EM) Mondemor. Às vezes pode parecer que há aqui alguma questão de princípio quanto à EM, o que não é verdade, mas com leituras mais apuradas relativamente ao seu estatuto, verificamos que ela vai ter os mesmos problemas que hoje a Autarquia possui, do ponto de vista de endividamento, etc., etc. Tem mecanismos que podem aliviar a actividade autárquica mas, no essencial, está ilimitada na sua actuação e, por isso, a minha questão já que há um documento que falta e era interessante tê-lo em nosso poder”- **documento anexo** à presente acta sob o número **03**. -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Muito boa tarde a todos, senhor PMAM, membros da MAM e da AM. Tendo, ao chegar, acabado de ouvir a questão do Membro Jorge Camarneiro queria dizer, desde já, que comungo das preocupações apresentadas aliás e há duas coisas que deixo aqui claro a esta AM. Para quem esteja mais atento a este assunto, remeto para uma leitura do site da ANMP, das versões que estão para sair, de acordo com a vontade governamental, do dispositivo da nova Lei das Finanças Locais, da nova legislação sobre empresas municipais, sobre tarifas, taxas e etc., sobre questões ligadas à Segurança Social e à aplicabilidade aos eleitos e aos trabalhadores locais. Dentro desta matéria e penso que fui bastante conciso aquando da proposta de aprovação da EM e, se não o fui, vou sê-lo hoje - era uma questão de oportunidade face a alterações legislativas que poderiam ser delicadas para depois se puder pressupor a concretização desse mesmo objectivo, mas quanto à sua forma, não quanto ao seu conteúdo. Quanto ao seu conteúdo as circunstâncias são mais específicas, nomeadamente o seguinte: dei indicações aos serviços, após reuniões recentes com os dois sindicatos representantes das 2 Centrais Sindicais, o STAL e o SINTAP, que até meados de Setembro apresentarão propostas concretas de gestão das questões que se prendem os recursos humanos da futura empresa, e daí que a criação só vai ter a minha assinatura no dia em que esta AM

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

aprove os protocolos que farei com os Sindicatos e em que as transferências, regalias e posturas são previamente aceites por eles e, simultaneamente, a própria estrutura interna da CM fará esse mesmo trabalho e acompanhará o estudo económico-financeiro que finalizará os contributos que, neste momento, a legislação que está a ser preparada vem consubstanciar. Uma vez mais chamo a atenção que foi por minha inteira vontade que depois teve o beneplácito de todo o Executivo Camarário que, para não criar circunstancialismos de problemática, acordámos na questão dos empréstimos virem a esta AM; de facto isso não compõe hoje a veracidade daquilo que é regulamentado e visado pelo próprio Tribunal de Contas. Fizemo-lo antecipadamente e quanto aos outros 2 pontos há um compromisso público e político meu, a partir de hoje mais evidenciado, que aguarda os pareceres dos Sindicatos e que aguardará depois esse mesmo enquadramento com a viabilidade económico-financeira do projecto e, portanto, penso que aqui morre tudo por raiz. Podem contactar quem quiserem e estão aqui sindicalistas que sabem perfeitamente que nesta matéria este meu bom relacionamento, já vem de trás, ainda do tempo da minha vida profissional e estou perfeitamente à vontade, permite que estejam sempre salvaguardados os direitos, as garantias e os deveres dos trabalhadores perante o patronato que se chama CM”.-----

-----O Membro Camarneiro pediu a palavra e disse: “Queria terminar a minha intervenção nesta AM relativamente às iniciativas e propostas com alguns considerandos sobre a situação em Timor Leste. Este documento será entregue a seguir a tê-lo lido e é da minha inteira e exclusiva responsabilidade, não da força política que represento que não deverá pensar muito diferente do que aqui está”. - anexo à presente acta sob o número 04. -----

-----O Membro Oliveira e Sousa pediu a palavra e disse: “Com o devido respeito senhor PMAM. Acabámos de ouvir o Membro do PC Jorge Camarneiro e, na verdade, Timor Leste é um país independente e o povo é soberano e metermo-nos em questiúnculas dum povo soberano, não diz nada. O povo é que decidirá se está bem ou está mal e tudo o que se disse não é a defesa duma ideologia ou dum partido em defesa da democracia já que eles é que saberão defendê-la”. -

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu de novo a palavra, dizendo: “Senhor PMAM - um minuto chega para responder a quem apoia, inevitavelmente, os americanos quando vão à Jugoslávia, ao Iraque ou ao Afeganistão. Dizer isto é pura demagogia e um comprometimento pessoal, político e ideológico com o que de pior há no mundo da política actualmente”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

----- Posteriormente, foram dados cinco minutos para que fossem entregues à MAM as moções, requerimentos, propostas, recomendações, ou seja, os documentos que os Membros entendessem por convenientes. -----

----- E foram aceites: -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Marco Góis, da bancada do Partido Socialista (PS) ("**Moção de congratulações**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **05**. --

----- Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação, que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra - 0; -----

----- Abstenções - 0; -----

----- Votos a favor – 34.-----

----- Esta Moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Filipe Carraco, da bancada da Coligação Montemor No Rumo Certo (CMNRC) ("**Encerramento dos SAP's**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **06**. -----

----- O Membro Oliveira e Sousa pediu a palavra e disse: “O grupo do PS vai votar a favor nesta moção. É um assunto tão importante e dada a sua especificidade é óbvio que não é um tema objectivo para estar aqui a ser discutido. O conteúdo é, em si, importante, digno da especificidade e deverá ter um outro entendimento e um ponto para ser discutido com alguma profundidade”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Senhor PMAM, Membros da AM: sob pena de que o PS pense que eu estou a persegui-lo, folgo em saber que o grupo do PS desta AM contraria as posições assumidas pelo Partido a nível nacional relativamente a estes assuntos. De facto, é preciso não esquecer que é a política do PS a nível nacional que leva ao encerramento dos SAP's e à reestruturação dos Serviços de Prestação dos Serviços de Saúde, em particular no concelho de Montemor. Assim, era importante que o PS pudesse transmitir à sua direcção e aos seus representantes no Governo que este concelho está em crescimento, é povoado, como diz a moção, por uma maioria ou por uma grande taxa de população envelhecida e que não tem condições para aceder a Serviços de Saúde se não for em proximidade. Neste sentido eu apoio a moção e vou votá-la favoravelmente”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

-----Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação, que obteve o seguinte resultado: -----

-----Votos contra - 0; -----

-----Abstenções - 0; -----

-----Votos a favor – 34. -----

-----Esta moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

-----**Moção** subscrita pelo PJF de Pereira ("**Aniversário do Núcleo da Cruz Vermelha de Pereira e do Núcleo do Sporting**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **07**.-----

-----Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

-----Votos contra – 0;-----

-----Abstenções – 0; -----

-----Votos a favor – 34. -----

-----Esta moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

-----**Moção** subscrita pelo Membro Vítor Travassos (CMNRC) ("**Diversos**"), conforme **documento anexo** à presente acta sob o número **08**. -----

-----Não havendo intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

-----Votos contra – 0;-----

-----Abstenções – 0; -----

-----Votos a favor – 34. -----

-----Esta moção foi aprovada por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----

-----O PJF de Santo Varão pediu a palavra e disse: “A minha intervenção é no sentido de informar a AM, no seguimento de vários documentos que aqui foram aprovados sobre a ponte de Formoselha que o Presidente do INAG dirigiu uma carta à JF de Santo Varão em que comunicava que se prevê a conclusão dos trabalhos para 31 de Julho e com a data previsível de 24 de Julho para a reabertura da mesma”.-----

-----O Membro Oliveira e Sousa pediu a palavra e disse: “Senhor PMAM - V. Ex.^a já me conhece no mínimo há 5 anos. Não queria deixar passar este momento sem aludir à resposta que deu ao meu requerimento e faço-o com toda a dignidade e respeito. Não sou homem de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

conflitos, nem de gratidões políticas, porque em política não há gratidão, mas sou um homem reconhecido até ao PCM porque lhe disse aqui, inicialmente, o que lhe faltava e pedia a Deus que lhe desse um grande golpe de asa e, ele teve-o, porque é um homem que vive o nosso concelho. É um homem que está no desenvolvimento do nosso concelho e foi sempre aquilo que eu disse. Pessoalmente não tenho nada contra o PCM, tenho sempre, como eu disse há 5 anos, admiração. Só que há momentos em que não podemos estar ambos de acordo e eu tenho uma forma de me expressar talvez diferente de V. Ex.^a, senhor PMAM. Talvez até pareça que estou a fazer um conflito, mas nunca estive e não estou e, essas admirações que eu disse não são hipócritas, são de dentro, são minhas próprias, porque quando eu elogio não é para ofender. Não tenho o dom da hipocrisia; tenho uma parte que é a humildade, é o reconhecimento das pessoas boas, das pessoas que trabalham, das pessoas dignas que, por vezes, até erram pensando no bem comum e, é isso que, algumas vezes, critico estando dum lado e agora estando deste, porque o meu espírito continua a ser independente em qualquer lugar onde eu esteja e quando eu tiver que dizer as coisas di-las-ei. Não com seguidismo, não com a força da obediência, mas com aquilo que penso que é o melhor para o nosso concelho, porque eu sou montemorense e além de o ser também sou pereirense e, a margem esquerda deste concelho, tem sido ela sempre a mais esquecida. Talvez por isso este PCM, Dr. Luís Leal, tem sido um homem que através das suas raízes que também são pereirenses, tem trabalhado e o que é certo é que nós temos que conhecer o bem. Não podemos criticar o bem só pelo mal, ou o mal pelo bem. Nós temos que saber reconhecer o esforço, o trabalho, o denodo e foi sempre o que eu reconheci. Por isso, não aceito é que V. Ex.^a diga que sou conflituoso e a sua subjectividade em não me ter dado a palavra na interpretação objectiva das palavras que me dirigiram, é sua. Sempre soube que era uma pessoa boa, mas também sei que V. Ex.^a está diferente. O actual RAM refere-se aos tais 5 minutos como o anterior, mas no mandato anterior não havia 5 nem 10 minutos. Havia aquilo de que as pessoas tinham necessidade na sua forma de expressão e dignidade e se V. Ex.^a, na reunião anterior, me tivesse dado a palavra para ter respondido ao Líder do grupo da CMNRC, eu teria ficado satisfeito, porque não ia arranjar conflitos. Apenas queria dizer ao meu ilustre colega e amigo, Mário Pardal, que em política não há gratidão, já que política é política. Pessoalmente existe gratidão, mas ele misturou uma coisa com a outra e é isso que deixo aqui com toda a amabilidade e com todo o respeito que V. Ex.^a merece e peço-lhe que regresse ao último mandato. Hoje regressou e, assim, as reuniões correm muito bem, as pessoas ficam realmente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

preenchidas e têm a dignidade democrática da resposta. Mantenha esse comportamento para não haver mais epítetos e que eu possa dirigir-me numa outra circunstância sem ofensas, porque as minhas palavras nunca são pessoais, são sempre para uma instituição que V. Ex.^a representa, por isso quero que veja sempre as minhas palavras pelo respeito que elas têm”.-----

-----O PMAM usou da palavra, dizendo: “Obrigado pelas suas considerações. De qualquer modo devo-lhe 2 ou 3 palavras - estou aqui numa condição de independente e, como tal, estou mandatado, legitimamente, para ser capaz ou ter a obrigação de dirigir os trabalhos numa AM. Que não tenha preparação política, aceito; agora sou eu que tenho que saber realmente quando o desenvolvimento está a ser feito de uma forma satisfatória de acordo com o conteúdo dessa própria AM. É evidente que a Ordem do Dia da nossa última reunião tinha 10 ou 11 pontos e não podíamos, de maneira alguma, ser condescendentes como somos hoje, em que me parece, dentro da minha ingenuidade política, que será uma sessão mais pacífica. Foi nessa base, como já lhe referi oralmente por 2 vezes e por escrito a terceira vez, que não lhe dei o uso ao direito de palavra, embora reconhecendo que, a maior parte das vezes, os senhores a têm. E fi-lo porque não me pareceu que o Líder do Grupo da CMNRC tenha sido hostil, não tenha de forma alguma atingido a sua imagem política. Essa foi a leitura que fiz de uma forma que julgo democrática, pois procuro pautar aqui a minha acção de uma forma isenta dentro dos princípios legais e democráticos, até porque não tenho nada a ver com nenhuma cor política, não tenho adesivo político nem nunca terei. Por outro lado a explicação que o PCM iria dar acerca dos pontos que trouxe em relação à sua vila, a resposta ao seu bairrismo que é notório e lhe fica muito bem, como obviamente como outros elementos desta AM terão em relação às suas freguesias, responderia às suas preocupações e foi nessa base que entendi, e até porque já tinha excedido largamente os seus 5 minutos, que não era altura oportuna para que continuasse e tivesse resposta. Fi-lo relativamente ao Membro Jorge Camarneiro e ao Membro Mário Pardal que queria falar a destempo dum assunto dentro da Informação Escrita. Há uma coisa que, repito, tem que entender: sou um presidente independente que quando fui convidado aceitei nessa base e, como tal, procuro fazer o melhor; não sou um político nem quero ser; sou médico, porventura mau médico. Político não quero ser e procuro dar o melhor que sei nestas Assembleias e, por isso, se existir alguma falha peço que entenda já que não há, da minha parte, qualquer posição anti-socialista, anti-comunista ou a favor do PSD/CDS. Acreditem que é assim. Passaríamos ao segundo ponto que tem a ver com a Informação Escrita da Actividade do Executivo”.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

----- **PONTO DOIS - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO** -----
----- SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SO- -----
----- BRE A ACTIVIDADE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO;-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Apenas uma questão dirigida ao PCM: não em relação à Informação Escrita, em geral, porque ela me parece exaustiva na descrição daquilo que foi a actividade da CM e dos seus Departamentos no período que medeia entre a última reunião e esta. Fiquei preocupado com o que li sobre a Informação Financeira da CM: vejo aqui que há um nível de execução da receita de capital baixíssima, estamos a falar em menos de 10% em 6 meses do ano e há na OD um ponto em que se pede autorização para contrair empréstimos de curto prazo e, assim, há aqui aspectos que me preocupam. A execução da receita de capital é baixíssima e é evidente que uma parte pela qual se gere receita é por transferência. No entanto, nem sempre os timings são aqueles que se calhar que até davam jeito à Autarquia, mas depois comparados esses timings com o passivo de curto prazo de 9 milhões este baixo nível de execução da receita de capital vai complicar pelo que gostava de saber com mais algum detalhe quais são os soluções que o PCM atravessa, para além dos números que aqui estão”. -----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Senhor PMAM: permita-me saudar e cumprimentar a posse do jovem Marco Góis em termos definitivos, no grupo do PS, sendo a partir de hoje um Membro efectivo desta AM. A todos os outros elementos que estão em regime de substituição, também as nossas saudações. -----

----- Queria aproveitar, relativamente à Informação Escrita das actividades da Câmara Municipal, em nome do grupo da CMNRC para nos congratularmos com todo um role de iniciativas e de trabalhos que visam o desenvolvimento, a dignificação e a afirmação deste concelho que são por demais evidente e que constam neste relatório de actividades. -----

----- Aproveito a presença do PCM para o cumprimentar e pedir-lhe uma informação que vem na sequência da moção aqui apresentada sobre o previsível encerramento do SAP de Montemor-o-Velho e que se prende com sabermos qual é, neste momento, o feed-back das situações e qual a situação prevista para o concelho. Que tipo de abordagens por parte do Ministério da Saúde e da ARS a nível Regional tem havido com a Câmara Municipal? No fundo será apresentar-nos o ponto da situação, porque penso que é um assunto político da inteira responsabilidade do Governo e do Ministro da Saúde mas, obviamente, uma grande preocupação para o PCM”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

-----O PCM usou da palavra para responder às questões colocadas, dizendo: “É com gosto que respondo aos dois. Em relação à pergunta do Membro Jorge Camarneiro é evidente que da maneira como ele a colocou percebe-se que, mais uma vez, não vamos ter aqui desaguizados, antes pelo contrário. Iremos ter um discurso de troca de léxico, se calhar um bocado mais tecnicista, mas que vai ser de modo a que todas as pessoas possam entender. Em primeiro lugar, se verificar, o ano passado, na mesma altura, os níveis de execução eram muito parecidos havendo uma diferença de 3%. Quanto ao passivo de curto prazo ele não é de 9 milhões mas de 8 milhões, porque o activo circulante, o que neste momento há para receber, é cerca de 1 milhão. É uma situação em que, já o disse e volto a repetir, se quiserem ler umas actas de 2004 e finais de 2003, se apontava, já nessa altura, que iria acontecer face ao volume de obras que tínhamos em carteira e à conclusão do III QCA. Das duas uma, ou aproveitávamos e depois ficávamos num limiar com alguma delicadeza ou não se fazia nada. Mas é preciso que nos entendamos nesta matéria para não resvalar a partir dessa circunstância para situações de falta de solvência de médio prazo que pudessem pôr em causa quer fornecedores, quer empreiteiros. -----

-----Em relação a isso, e percebe isto facilmente, não é que os outros não percebam, muito do passivo está, neste momento, regularizado através de factoring que não é a Autarquia que faz, como deve saber porque não é possível, nem é legal. Quem o faz são os fornecedores, neste caso empreiteiros com as Entidades Bancárias que negociam depois a passagem do direito desse factoring directamente com a Câmara. Assim, este passivo vai estar aqui 2 ou 3 anos, porque está a ser paulatinamente vencido de acordo com o cronograma que foi assinado. Isto também para que se entenda, agora está lá, eu não o posso retirar, porque vão aparecendo os débitos mensais de acordo com o compromisso e nós vamos pagando. -----

-----Relativamente à questão dos empréstimos há aqui duas coisas que são completamente distintas e antecipo-me à discussão dos pontos 4 e 5 da Ordem do Dia. O ponto 4 não oferece discussões rigorosamente nenhuma, porque se enquadra na Lei do Orçamento de Estado e na legislação Comunitária de complementaridade de financiamentos que diz são definidas anualmente na Lei do Orçamento de Estado quais as áreas prioritárias que poderão ter contrapartidas de financiamento que não contam para o endividamento das Autarquias. No caso concreto do ponto 5 o empréstimo destina-se à recuperação da EN 341, entre Pereira e Granja e a legislação também é clara e inequívoca ao estabelecer que, independentemente do nível de financiamento e de co-financiamento, tem de haver um mínimo de 10% de participação da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

Entidade Promotora. Se a obra global foi aprovada face à sua elegibilidade e onde tivemos um nível de financiamento de 50%, podemos recorrer a um empréstimo que não conta para o endividamento, mas está suportado nestas mesmas características e nessas mesmas condições até 40%, sendo a Autarquia responsável pelos restantes 10%. -----

----- Quanto à outra situação a senhora Directora do Departamento Administrativo apresentará o articulado da legislação. É pressuposto, mas nunca tinha utilizado até hoje, que, aquando da discussão do Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte, pode o Executivo propor a aprovação por parte da AM da contracção de empréstimos a curto prazo que, como sabem, significam que têm que estar solvidos no final do exercício económico, senão incorre em situação dolosa o Executivo que o faz. A que é que se destinam prioritariamente, porquê o aumento duma potencial receita e para fazer face a quê? Para tudo isso há respostas muito concretas e muito claras. Uma das situações refere-se ao concretizar e acabar a aquisição de terrenos do Pólo Logístico de Arazede (PLIA) e permitam-me que avance mais enquanto não tiver sustentabilidade clara que, a seu tempo, será dada. Diversas empresas vão querer comprar terrenos, ultrapassando uma dimensão média de 7 a 9 hectares e, para isso, é preciso fazer a operação financeira, comprando e vendendo e daí o empréstimo de curto prazo, salvaguardando-se que a 31 de Dezembro tem que estar vencido. A outra é mais delicada é a questão da liquidez para que, face ao Quadro actual em que funcionamos por reembolso de adiantamento de pagamentos, possamos ter dinheiro disponível para ir buscar até ao final deste ano, já que foi prolongado até 30 de Junho o encerramento do III QCA. O apelo que faço é que tenham isto presente: todas as obras que obtiveram financiamento pelos Eixos de Programas Comunitários, Regionais ou Nacionais, têm que se concretizar para não perdermos o dinheiro, avançando, por isso, primeiro a Câmara com os pagamentos e recebendo depois a cota respectiva de 75, 60 ou 100%, conforme o financiamento. Neste momento, é necessário fazer circular dinheiro para pagar, ter a factura, levar à CCRC, trazer o dinheiro a que temos direito para fechar, porque a partir de 31 de Dezembro, com o prazo excepional de mais 6 meses, até 30 de Junho do próximo ano, isso tem que se concretizar. Posso dizer-vos que, grosso modo, temos entre 2 milhões a 2 milhões e meio de euros, para receber do Fundo Comunitário. Por outras palavras, se nós fossemos aos 8 milhões e retirássemos de lá os 2 milhões e meio que temos para receber, mas temos que ter dinheiro para pagar para só mais tarde ir buscar, o passivo diminui para cerca de 5 a 4 milhões e meio. As perguntas têm toda a lógica, todo o cabimento e penso que é através

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

desta função que eu chamaria de transparência, que estou a justificar já os pontos seguintes, porque quando lá chegar não vou falar. Como já referi, de acordo com a legislação em vigor, se contraísse um empréstimo e não o saldasse é evidente que o Tribunal de Contas vir-me-ia chamar à responsabilidade civil, pessoal e criminal por não ter executado de acordo com o que diz a Lei. Então, ao pedirmos e ao contraírmos esse empréstimo, temos sempre este factor de risco, pelo que não há aqui hipóteses de bóias de salvação, já que isso seria uma irregularidade, uma ilegalidade e responderíamos por ela. Entendamos isso no que diz respeito ao curto prazo. --

-----Quanto ao de médio prazo: sabem, perfeitamente, que está esgotada a capacidade de endividamento da Câmara e só podemos recorrer a Fundos Complementares dos Fundos Comunitários, previamente aprovados, que são alvo de parecer prévio da CCDR e do Tribunal de Contas para, finalmente serem aprovados. Penso que talvez tenha respondido globalmente à questão, mas há aqui um aspecto que me parece lógico. No segundo semestre há maior transferência financeira, motivada fundamentalmente por algo que a experiência já demonstrou e que resulta da transferência dos Fundos Financeiros, não só estatais, mas também dos Impostos directos e indirectos. Dou o exemplo muito claro: toda a gente paga o Imposto sobre Veículos que só receberemos em Setembro ou Outubro; parte da derrama só recebemos nessa altura; parte do IMT e do IMI só recebemos no segundo semestre e, portanto, há um volume de entradas financeiras mais elevado. Contudo, pelo andar da evolução da receita e da despesa, aponto para um nível de execução muito parecido com a do ano passado entre os 60 e os 63%, com uma variação de 2% para cima e para baixo que é o que vai estar em causa, uma vez mais. É lógico que vai depender da nossa capacidade e da nossa decisão política tendo em consideração 2 atitudes. A primeira prende-se com o aceitar ou não e conseguir a alienação de património aos mais diferentes níveis. Estou a falar de lotes industriais, de terrenos e de imóveis porque é aí que está a tal fatia um pouco exógena e variável. Segunda questão, mais delicada, mas já abordada na última reunião da AM e é a questão das alterações das taxas, das tarifas, do preço da água, do saneamento, etc. Se alguém fizer, na Conta de Gerência, o estudo de qual é a nossa autonomia financeira face às receitas próprias, confrontado com a receita global ela não passa de 18% e, isto é tendencialmente perjurativo se nós quisermos continuar a manter uma tónica de autonomia e independência relativamente ao imobilizado ou ao crescimento urbano e isto é fulcral que se pense. Muitas coisas se ouvem sobre matéria, fundamentalmente nas cidades onde há uma pressão muito maior, onde os interesses da construção jogam muito mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

que num Concelho rural como o nosso, mas, claramente, temos de tentar resolver as situações noutra contexto e, por isso, temos que chamar a atenção, temos que ter essas preocupações. Deixo aqui presente o seguinte: só na margem esquerda do concelho estão, actualmente, a decorrer obras que lançámos e outras para arrancar que envolvem mais de 5 milhões e meio de euros. Em Santo Varão/Formoselha, a recuperação urbana está orçada em 1 milhão de euros; a passagem superior de Santo Varão/Formoselha num milhão de euros; a passagem superior em Pereira 800 mil euros; o arranjo da EN 341, sem a área do saneamento que foi feita, 1 milhão e 750 mil, mais electrificação e outros. Concretamente, não tenho pejo nenhum em dizer, não estou arrependido de ter de o fazer porque, claramente, e não sejamos nisto hipócritas, que alternativa tinha este Concelho para jogar noutra liderança se não houve obra em contrapartida, se não houve nível de equilíbrio entre endividamento e feitura de obra. Eu próprio me questionava a mim mesmo, para quê? Se fosse uma parangona pura e simples dos Governos e da ex-ministra Manuela Ferreira Leite ou de alguns fundamentalismos, que ainda no princípio deste Governo houve e que depois foram dissimulados, eu pergunto não a mim, mas a todos nós: o que é que vai ser das Autarquias e para que é que vamos servir? Seja eu ou outro que cá esteja hoje ou amanhã? Concretamente, e quando lerem a Lei das Finanças Locais, quando lerem tudo o que lá está previsto, verificam que se aquilo for aprovado passaremos a ser pivots nas mãos de interesses, da Administração Central e, mais uma vez, do centralismo de Lisboa. Por muito que isso custe e defendendo eu muitos dos objectivos deste Governo do ponto de vista de desenvolvimento, da inovação, da fixação, duma visão não economicista mas rentabilizadora, continuarei a dizer sim a tudo isso. No entanto, em alguns dos aspectos os PJP, os Vereadores ou os Presidentes de Câmaras, não podem continuar a ser o álibi para a irresponsabilidade que existe no país, de facto e dentro dessa matéria, com a consciência tranquila e com perfil para dizer isto a quem quer que seja, continuarei a pensar que é nas autarquias que está, de facto, mais de 65% do investimento e é por aí que havemos de continuar. -----

----- Quanto à questão colocada pelo Membro Mário Pardal sobre a saúde, posso vir a ser um pouco polémico. Achei interessante e, enquanto político, votaria a moção apresentada. Enquanto cidadão e responsável da autarquia, sou obrigado, por um princípio de convicção e aí divirjo, uma vez mais, do Membro Oliveira e Sousa, para mim, na política há gratidão, a ser grato, como também gostarei que sejam gratos para comigo. Acho que algumas das atitudes previstas se forem consentâneas, pragmáticas e não populistas nem demagogas serão importantes. Não verão

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

o Presidente da Câmara a defendê-las face à questão da sua população, mas podem dar-me a liberdade e a consciência crítica de que, enquanto cidadão, possa ter alguma visão ou outra leitura que ajude a ter, nalguns aspectos, alguma proximidade dentro destes conceitos. Isto significará que a minha atitude é claramente retratadora daquilo que esta AM aprovou, por unanimidade, por uma questão de salvaguarda, princípio primário da cidadania e salvaguarda dos princípios dos direitos fundamentais dos meus concidadãos. -----

-----A conversa que tive com o senhor Presidente da ARS, que se deslocou aqui a Montemor, versou 2 ou 3 questões que ele considera adequadas, de acordo com aquilo que nem sempre parece que seja o eco da política governativa, sobretudo do Ministro da Saúde, para implementar num contexto geográfico em simultaneidade aos concelhos satélites, do ponto de vista geográfico e territorial de Coimbra e Figueira da Foz. Estamos a falar de Montemor, Soure, Penela, Penacova, Poiares, Miranda do Corvo, Lousã, Mira, Arganil, etc., e, dentro desse contexto, a propositura global que não está em causa e atenção que eu peço que haja um decoro nestas circunstâncias, porque estou a transmitir aquilo que foi uma conversa verbal, sem nada escrito, sem nada de compromisso e sem nada de discussão em cima da mesa. Desde a primeira altura manifestei que teria uma opinião sobre aquela circunstância, mas seria portador de alguns dos desafios que o senhor Presidente da ARS apresentava para discutir com quem julgasse mais adequado para poder formalizar melhor a opinião que tinha. Fi-lo com os meus vereadores, fi-lo com diversas pessoas que trabalham na área da saúde - médicos, técnicos do serviço, enfermeiros e utentes – e tenho hoje uma leitura, volto a dizer que me impele para que tenha uma atitude coerente de comportamento como base dessa leitura, mas que não deixa de estar subjacente a uma postura minha. O que foi apresentado globalmente não abordou, rigorosamente, nenhuma das extensões do Centro de Saúde do concelho, isto é básico. Não foi discutido e, depois daquela célebre reunião em que estiveram aqui os PJF comigo que terá sido uma lição de ética que o Senhor Presidente da ARS recebeu, nunca mais houve uma abordagem clara e inequívoca em matéria de reordenamento do concelho e o que está prometido é que quando houver voltamos a estar juntos pelo que não podem existir fantasmas de qualquer matéria nesse âmbito. Não houve conversa mais nenhuma acerca disso. A única coisa que lhe disse à saída, porque tenho uma amizade pela pessoa em causa até porque somos companheiros de fins sociais e solidários, foi: “não é o PC que lhe fala, mas é o seu companheiro e lembre-se que se voltar à carga com aquela ideia peregrina que alguém lhe quis vender, não vale a pena

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

dizer quem, o senhor está feito porque apanha com 15 ou 16 pessoas a chagarem-lhe a cabeça: todos os PJF, a CM e a Vereação”. A isto respondeu. “mas eu próprio já repensei isso”. -----

----- No que diz respeito à questão fulcral do funcionamento do Centro de Saúde de Montemor: a questão global que está a ser apresentada a todos os concelhos prende-se, mas volto a frisar em termos de ver a empatia, a decisão, a reacção, mas é claro que isto é político e todos nós compreendemos isso, com o desaparecimento do SAP, o alargamento do Serviço Ambulatório e Domiciliário. Estes passariam a funcionar com horários, em dias úteis das 8 às 22 horas, e, ao fim de semana das 10 às 18 horas. Mas isto é o chavão que ele diz em Montemor, na Lousã, em Arganil, em todo o lado porque é essa a missão que lhe foi confiada, de certeza pelo Ministro, para saberem como é que reagem, como é que isto vai ser, para dar um rebuçado em trocar por outras coisas. Quando as questões foram discutidas neste pé, a minha reacção foi clara de dizer que discordava, porque em primeiro lugar, para além de tudo o que já ouvi na moção acrescentaria mais 2 ou 3 coisas, temos de ter em conta a nossa ruralidade, sobretudo de verão, com os trabalhos de campo, e mesmo aos domingos seria muitas vezes justificado, deixando de ter, muitas vezes um local de recepção para emergências. A própria deslocalização para a Figueira da Foz, para os Covões ou para os HUC pode ser problemática, se não houver quem trabalhe em áreas específicas. Estou a lembrar-me dos asmáticos e de outras situações delicadas e, portanto, manifestei-lhe logo que essa situação não me parecia plausível, nem teria a convergência de opinião das pessoas mais avalizadas. Alvitram a argumentação de que passa a haver um trabalho médico ambulatório muito mais profícuo, muito mais alargado, muito mais contemporizador, muito mais acertado. Justificam também a hipótese de discutir com as forças de intervenção de emergência, facto que considero positivo e importante independentemente do objectivo da funcionalidade do SAP e alargamento da discussão quer com o INEM, quer com os Bombeiros, quer com a Cruz Vermelha para os poder dotar de mais meios, e isto não vale a pena escamotear, a politica é economicista. Aproveitei, face aos dados apresentados, para perguntar: “quanto é que, e é isso que quero que me diga, poupa no concelho de Montemor se, vamos supor que estava toda a gente de acordo com este modelo? O que é que o senhor poupa face à despesa que o Ministério da Saúde tem neste concelho? O que é que se faz a esse dinheiro, para onde é que ele vai e qual é o retorno que ele tem para o concelho se não puséssemos em causa a questão humana, a questão social e a questão da solidariedade?” Transmitam-nos isso, porque quero ver. Sejam claros e o nosso PMAM estará mais à vontade para poder dizer isto e não tome isto

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

como ofensa porque não tem nada que defender aqui a classe, mas hoje os médicos se calhar na maioria das Extensões de Saúde já não têm a mesma prerrogativa de defender esta posição. Eventualmente os vencimentos que têm actualmente já não são os que tinham há um ano e meio atrás, ou há 2 anos e hoje, todos sabemos fazer contas, quanto é que custa um SAP a funcionar, em média com valores que eles nos atiram para cima da mesa de 4,6 utentes por semana, ou seja, se isto for real, estamos a falar entre 20 a 25 utentes mês. Claramente aqui está o problema mas não podemos olhar só para números: estamos a falar de pessoas, estamos a falar de problemas reais de vida. -----

-----Em relação a esta matéria e também me parece que isso que é curial, senti que esta discussão em Soure teve um impacto diferente da de Montemor, porque o retorno que tenho e já o contei, foi de que: “ puxa tu, porque se calhar é mais difícil eles contrariarem-te a ti, porque és da Oposição e, portanto, levanta tu a fasquia para irmos todos atrás uns dos outros”. Há, portanto, aqui interesses, e apetece perguntar porque é que o mau da fita há-de ser um e porque hão-de ser uns penalizados e outros não? Em termos globais, e face a toda a reacção em catadupa que começou a aparecer dos diferentes territórios, as conversações pararam, mais uma vez. Fala-se claramente e está em cima da mesa a abertura da Extensão de Saúde de Arazede que está pronta desde Novembro de 2005 e da qual entregámos a chave no início deste ano e muito surpreendente ainda não vimos a sua abertura que é da responsabilidade Administração ou sub-região de Saúde, apesar de totalmente pronta, preparada, equipada e mobilidade, etc. Diria, em termos globais, que isto é tema para não ficarmos por aqui e permitam-me que tenha este desabafo: não gosto de chamar teimosia, mas penso que não haverá recuo por parte de algumas personagens do Governo. Há, pois, que salvaguardar contrapartidas e uma delas, penso que fundamental, é o SAP não acabar, podendo discutir-se o seu horário até porque uma das questões que coloquei ao Professor Doutor Fernando Regateiro foi, com o sistema ambulatório a funcionar até às 22 horas e se aparece uma emergência qual é o tratamento que lhe dão, quem é que trata, como é que trata, onde é que estão as reservas de médicos preparados. Há aqui questões que têm que ser vistas, analisadas e salvaguardadas, pelo menos para que as pessoas se sintam seguras, prevenidas e, dentro dessa área, há que discutir o que é que se prevê. Entendo que o SAP, sobretudo em Montemor, devido à sua situação geográfica, não só pelos condimentos que foram apontados na moção, é uma área nevrálgica do ponto de vista

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

rodoviário, ferroviário, fluvial, e com um conjunto de características em que, quer queiramos quer não, pode haver salvação de vidas estando aberta uma rectaguarda de emergência. -----

----- Quanto às outras questões teremos que pensá-las bem. Os horários que foram apresentados são de recusar totalmente, sobretudo os dos fins-de-semana que são impensáveis e vamos esperar que o bom senso venha a triunfar e que se encontre uma possibilidade de chegarmos a acordo. Volto a dizer que esta é a minha posição institucional enquanto Presidente de Câmara; contudo em alguns casos tem a sensibilidade para quem muitas vezes utiliza aquele SAP para ir buscar uma carta, para se apresentar meia hora depois numa emergência, para ter uma consulta que não teria de outra maneira. É o que tenho para dizer, concluindo que não há rigorosamente nada proposto para as Extensões de Saúde. Quanto à outra parte não tem nem teve até hoje resposta, nem tratamento consequente face apenas aquilo que eu consideraria um apalpar de pulso para ver como reagiriam as forças das diferentes áreas geográficas envolventes da zona de Coimbra”. -----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Senhor Presidente só uma dúvida: esta questão da dívida de curto prazo está toda ou em parte em facturing, não é isso? É só uma questão técnica: o facturing pressupõe a aceitação da data de pagamento por parte de quem beneficia do serviço; estou a ver que não é de curto prazo, mas será de médio prazo, se são 2 ou 3 anos. Quero dizer que a aceitação da Câmara pressupõe um prazo para liquidação desse montante que não é de curto prazo” -----

----- O Senhor Presidente da Câmara interrompeu, dizendo: “Exactamente, essa é uma das questões que nós já discutimos que é uma das hipocrisias da legislação. O que é que isto acarretou? Acarretou uma coisa que, se cá estivesse fazia da mesma maneira: tem hoje um plano de Tesouraria mensal, que deixa margens para jogar conforme a receita vai aumentando ou diminuindo face ao que está previsto de acordo com o Plano e, portanto, a partir daí nos pagamentos a fornecedores, a entidades, às JF, etc. Posso mostrar-lhe: por exemplo, o mês de Junho foi um mês horrível, mesmo. negro. Foi o mês do pagamento do subsídio de férias, pagamentos de ordenados e pagamentos de parte dos empréstimos que temos, mas isso hoje, como qualquer empresa tem o seu planning, sabe-se. Torna isto mais adequado para gerir o curto e médio prazo. Alterações para o futuro, quais são elas? Aí, claramente, aponto a necessidade de leitura das novas propostas que vêm aí de financiamento das Autarquias, a tal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

diminuição do IRS, que considero pura demagogia pois quem é que vai diminuir 3% no IRS, a não ser que aumente a água 5%. Mas em relação à questão, ela está com clareza”.-----

----- **PONTO TRÊS** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, A ALTE --
 ----- RAÇÃO ÀS MEDIDAS PREVENTIVAS NA ÁREA DO PLA ----
 ----- NO DE PORMENOR DO PLIA – PARQUE LOGISTICO E ----
 ----- INDUSTRIAL DE ARAZEDE-----

-----O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “Sobre este ponto é para dizer que a grupo do PS nada tem a obstar, pelo que vai votar favoravelmente. Reconhecemos a importância da empresa em questão e do levantamento destas questões legais para começar as obras de implantação e aliarmo-nos a todos os esforços que possam ser feitos para a instalação da empresa no concelho e, recomendamos à CM que faça tudo o que estiver ao seu alcance, para alcançar esse objectivo”. -----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “É um ponto com que o nosso grupo, inevitavelmente, está de acordo. Vamos votar favoravelmente, pelo interesse que o PLIA, em boa hora implementado por esta CM, possui e que não serve só uma indústria e estas alterações às medidas preventivas são uma maneira de adiantarmos o processo e cumprirmos o estipulado na Lei”.-----

-----O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Apenas para reafirmar também o nosso apoio à proposta e, já agora também reafirmar que seja não para uma, mas para muitas indústrias” -----

-----O PC pediu a palavra para fazer uma explanação do ponto em causa, dizendo: “Apenas duas notas para entenderem porque é que isto é importante. Em termos muito claros, a questão é a seguinte: andamos há um 1 ano e pouco para o plano de pormenor do PLIA ser aprovado. Temos medidas suspensivas do PDM e temos medidas preventivas e a verdade é que temos tido pressões muito grandes sobre aquele território, por parte de empresas muito fortes, com volumes muito grandes de investimento e de criação de postos de trabalho e de afectação territorial. Chamo-vos a atenção e relembro-vos que o Plano de Pormenor engloba 58 hectares; os 6 hectares e meio da via Láctea estão fora dessa área e já fomos nós que os vendemos, o que significa que já estamos a falar de cerca de 65 hectares. Está previsto no alargamento do PDM a complementaridade de mais 150 hectares, ficando, assim, com uma área logística de 215 hectares e há cerca de 1 mês um investidor queria uma quantidade muito razoável de território,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

cerca de 18 ou 20 hectares, inviabilizado pela questão do PLIA não estar homologado pelo próprio Secretário de Estado e pelo Governo. Esta foi uma das questões que coloquei, porque nesta matéria não costumo mandar mensagens, ao Secretário de Estado do Ordenamento, que manifestou sensibilização, dando orientações à CCDRC, aliás eu também tinha falado com o Presidente da CCDRC e gostaria de aqui reiterar que ele é uma pessoa com uma sensibilidade muito grande e com uma afectividade a Montemor que desde logo se prontificou a criar todas as condições para termos uma reunião de trabalho urgente que aligeirasse ao máximo esta circunstância do percurso burocrático até à aprovação do PLIA. Eles acederam connosco a pronunciarem-se sobre cada um dos projectos que nós lá levamos independentemente da salvaguarda das medidas preventivas, isto é, se neste momento tiver um empreendedor que vai ocupar 10 hectares, não vai esperar pelo PLIA, vai lá cumprir as regras que a Economia vai pôr, que o Ambiente vai pôr e etc., e instala-se. Agora, se nós tivermos 6 ou 7 operadores que fiquem na mesma com estes 10 ou 9 hectares, quer isto dizer que com 7 empresas com uma média de 150 postos de trabalho, estamos a falar em cerca de 1000 postos de trabalho, o terreno fica pura e simplesmente lotado, o que significa que a Autarquia tem que definir outros considerandos que vai permitir esta agilização. Dos 58 hectares temos neste momento já adquiridos fora da Láctea, à volta de 20, portanto ainda temos 38 hectares para adquirir e é aqui que entra a questão da contratação de empréstimos a curto prazo. Há, neste momento, empresários, há empresas que dizem que a CM vende-nos e eles pagam de imediato e, portanto, para quem tem falta de liquidez nós podemos fazer a compra agora. Os terrenos da Via Láctea foram comprados de manhã por nós e vendidos à tarde. Portanto, como gestão financeira entra por um lado e sai por outro com mais valia que ficou e isso são decisões que a CM tomou. Digo-vos que no próximo dia 17, a API vai fazer uma visita a Montemor. Tínhamos marcado uma reunião em Lisboa ou no Porto com o Senhor Presidente da Comissão Executiva, em exercício, que telefonou a dizer que querem vir a Montemor e isto porque estivemos à beira dum dos maiores investimentos de sempre neste País e em que somos ainda reserva e que pode acontecer ou que dê origem a que nos possam dar algumas contrapartidas por 2 ou 3 investimentos grandes para esta zona. Aproveito também para informar, especialmente o Membro Jorge Camarneiro, que está assegurado que, em Setembro ou Outubro, a API fará em Montemor a apresentação oficial do arranque de toda a sua actividade, acompanhada por alguém do Governo Português e que neste momento já estão negociados e assinados todos os contratos da AGNI e a EGF e que se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

pressupõe que no mês de Agosto, Setembro, máximo Outubro, estejam assinados os contratos de financiamento com a API e com a concretização do arranque da fábrica do Centro Tecnológico, em Montemor. As questões foram levantadas por algumas dúvidas que circularam no Ministério do Ambiente, no da Inovação e Indústria. Estive com o Senhor Secretário de Estado, na Figueira, há pouco mais de 2 horas e abordámos essas situações. Relativamente ao Ministério da Inovação da Tecnologia há um bom relacionamento e há um bom trabalho nessa matéria e digo-vos que a pessoa que é responsável actualmente no Governo pelo projecto é precisamente a pessoa que trabalhava comigo aqui e que vinha cá com o investidor para trazer para cá a AGNI. Hoje o Professor Paulo Ferrão é o responsável junto da equipa de Mariano Gago por este trabalho e, portanto há aqui condimentos que nos garantem alguma equidade, alguma qualidade e ainda no passado sábado estiveram aqui os técnicos que estão a trabalhar para o projecto e que o vão apresentar e nessa altura terão todo o à vontade para numa reunião informal falar sobre o assunto e, mesmo eu, hoje tenho muito mais elementos que vos posso facilitar, mas que continuam a apontar para tudo o que se disse naquela altura. Cerca de 2 centenas e meia de postos de trabalho, 80% altamente qualificados, investimento de 60 milhões mais outros 20 milhões, Centro Tecnológico avançado reprodutor e, a fábrica que neste momento ficará aqui e para o qual o mercado português que era inicialmente o grande suporte e para o qual já estão negociados entre a 20 a 25 MH de energia vendida à EDP, será talvez 10% daquilo que já está vendido na Europa e que neste momento pode ser o garante de Montemor”. -----

-----Não havendo mais intervenções, passou de imediato à votação que obteve o seguinte resultado: -----

-----Votos contra – 0;-----

-----Abstenções – 0; -----

-----Votos a favor – 34. -----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----- **PONTO QUATRO** – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O --

----- EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DO PROJECTO NO ÂMBITO DO QCA III – EX-EN- -----

----- 341 DO KM 30,050 AO KM 37,023 (CONSTRUÇÃO) -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Apenas para dizer que o grupo da CMNRC vai votar favoravelmente este empréstimo, considerando a pertinência do investimento”.-----

----- O Membro José Oliveira e Sousa pediu a palavra e disse: “O PS, um Partido com projecto de desenvolvimento de apoio às populações e às Autarquias, vota favoravelmente este ponto”.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstenções: 0;-----

----- Votos a favor: 34;-----

----- Esta proposta do Executivo foi aprovada por unanimidade. -----

----- **PONTO CINCO – APROVAR, SOB PROPOSTA DO EXECUTIVO, O**

----- **EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO;**-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Apenas para perguntar se, relativamente a este tipo de empréstimos, o pedido de autorização é genérico sem sabermos quais são as coisas concretas a que se destina, enquanto no empréstimo anterior conhecemos o destino. Penso que a legislação pressupõe que a AM aprove propostas concretas especialmente nos casos de curto prazo. Francamente, desconheço a Lei e era para saber se, nestes casos, não terá que haver uma definição, ou se a Lei é genérica”.-----

----- O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Obviamente que o nosso grupo vota favoravelmente este ponto. Não podemos esquecer que é preciso sermos ousados, responsáveis de modo a apostarmos no futuro do nosso Concelho com projectos capazes tal qual está a ser feito por este Executivo. Atitudes de indiferença ou de medo levam a que o Concelho possa ficar para trás. Elogio a postura deste Executivo e do seu Presidente que, numa altura em que é necessário dar o salto em frente, não pára e avança na forma que a Lei permite de ir a um empréstimo de curto prazo. É preciso gerarmos investimento, é preciso projectarmos o futuro e temos que ser determinados e olhar em frente.”.-----

----- O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “Em relação ao ponto cinco, o grupo do PS também levanta algumas dúvidas, tendo em conta que o montante não é especificado,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

sabemos que é 10% da receita até ao final do ano, que há pouca informação e qual será a sua aplicação. Face a tudo isso vamos abster-nos neste ponto”. -----

-----O PCM usou da palavra para esclarecer as questões colocadas, dizendo: “Há pouco, praticamente, justifiquei tudo. No entanto permitam-me que vos diga que o voto dos grupos seria exactamente o mesmo se estivéssemos no dia 27 de Dezembro de 2005, quando aprovámos o Plano de Actividades e o Orçamento para 2006. Este ponto podia ter sido incluído naquele dia e os grupos teriam a mesma disponibilidade de voto que têm hoje já que podiam votar a favor do Plano e absterem-se nos empréstimos. É normal que se apresentem aí já que só tem aplicabilidade nos investimentos integrados na rubrica do Plano Plurianual dos Investimentos, e só, para os montantes que acabaram aqui de referir, não podendo, em caso algum, atingir mais do que esse valor. O que salvaguardei foi o ter que estar solvido, pago até ao final do exercício económico em causa. Outra questão que gostava aqui de sublinhar é que ao pedir esta autorização estou perfeitamente à vontade já que, neste momento, a probabilidade de a executar ou de não a executar é exactamente a mesma. Há pouco falei do que devia, mas há 15 dias ou 3 semanas atrás se tem havido uma opção clara da fixação dum empreendimento nem que vocês dissessem que não, eu arriscava em nome do Concelho. Portanto, entendam duma vez por todas que dentro do princípio da democracia aceito as vossas reticências, mas provocaria um dolo brutal caso não o fizesse. Preciso, eventualmente, no prazo máximo dum mês de ter 30 hectares disponíveis e eles custavam uns milhares de euros e era preciso recorrer a isso e para um fim que está previsto. Isto para vos dizer, claramente, que poderei vir a não utilizar esta prorrogativa independentemente da maioria que suporta o Executivo poder vir a dizer que sim. -----

-----A outra questão que é mais delicada e que há bocado frisei, é a do cumprimento, quer para nós, quer para Entidade Financiadora comunitária, de fecharmos o ciclo dos investimentos porque eles esgotam. Não poderemos ter outras atitudes e a Senhora Directora de Departamento que cite a Lei, diga as coisas como jurista, porque aí já não digo mais nada”.

-----A Senhor Directora de Departamento usou da palavra e disse: “Penso que em termos de prestação de factos o PCM já adiantou as questões principais que presidem ao interesse desta autorização da AM e reforço a ideia do que o que está em causa é uma possibilidade, ou seja é uma clausula aberta para a eventualidade da CM vir, por questões de Tesouraria, a necessitar de recorrer à banca para empréstimos que tenham a ver com a execução do próprio

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

orçamento que a AM aprovou e também com o exercício financeiro de 2006, pelo que são sempre empréstimos a curto prazo, a solver até 31 de Dezembro de 2006.-----

----- Relativamente à fundamentação legal ela resulta da Lei das Finanças Locais que prevê precisamente a diferenciação entre empréstimos a médio e longo prazo dos de curto prazo. Assim, não se apresenta nenhuma proposta de aplicação pois a própria Lei diz que não é necessário e que é diferente da de longo prazo que foi aprovada há pouco, em que vêm as várias propostas apresentadas pelas Instituições Bancárias consultadas. Para empréstimos de curto prazo, o artigo 24º, número 1, da Lei das Finanças Locais, refere um indicador de 10% das receitas provenientes das participações do Município nos fundos de base municipal, fundo geral municipal e fundo de coesão municipal, é este o limite. Até este valor, a CM receberá autorização da AM para recorrer a empréstimos de curto prazo e, este pedido de autorização que agora se apresenta também já poderia ter vindo logo no início do ano. É prática, por razões de estratégia, fazer-se ou não se fazer. Neste caso, na altura, provavelmente, não havia necessidade, mas agora antevê-se que possa vir a ser necessário, para efeitos de comparticipação de fundos comunitários, fazer pagamentos mais rápidos de despesas de obras comparticipadas e também para aquisição de terrenos para detenção transitória. Esta aquisição de terrenos será património imobiliário que depois será afecto ao PLIA, para serem vendidos como lotes industriais sendo, pois, uma aquisição para detenção temporária, até finalização do projecto. Em termos de fundamentação legal, penso que na informação que foi feita e, pelo que o PCM já disse, resulta o suficiente”.-----

----- O Membro Jorge Camarneiro pediu a palavra e disse: “Penso que é assim que devemos funcionar. Tinha dúvidas, não tenho a obrigação de saber a legislação exaustivamente e também não tive a possibilidade de ir à procura. Os quadros especializados da CM podem, perfeitamente, dar um contributo aos Grupos Parlamentares da Oposição e agradeço à Drª Filomena o esclarecimento que deu. Considero que, contrariamente às empresas, nesta coisa não há accionistas que possam prestar suprimentos às Entidades, neste caso à CM, quando é necessário. Vou votar a favor porque penso que é uma medida normal de gestão corrente e não vejo nenhum impedimento para que isso assim seja”.-----

----- O membro Filipe Carraco pediu a palavra e disse: “Depois das exposições do PCM e da Drª Filomena e face à posição que está a ser assumida pelos diferentes grupos, era para reafirmar um ponto já anteriormente referido e que se refere a uma diferença de fundo na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28***

atitude entre este executivo e executivos anteriores que se prende com o não ter medo de arriscar, de ter atitude, de estar atento a possíveis investidores e às possibilidades de aparecimento de boas oportunidades para o desenvolvimento do concelho. Como disse o próprio PCM, correm-se alguns riscos porque o não cumprimento destes empréstimos até ao final do ano, terá, certamente, custos políticos e pessoais mas reafirmo que esta atitude é de realçar marcando, assim, a diferente postura de estar na vida política e na defesa dos interesses de Montemor-o-Velho”.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato à votação que obteve o seguinte resultado:-----

-----Votos contra – 0;-----

-----Abstenções – 10;-----

-----Votos a favor – 24. -----

-----Esta proposta do Executivo foi aprovada por maioria.-----

-----Todos os pontos da Ordem do Dia foram aprovados em minuta para efeitos imediatos.

-----O PCM pediu a palavra para prestar alguns esclarecimentos: “Sobre uma questão colocada pelo Membro Jorge Camarneiro, de acordo com informações que recolhi, e para que se saiba, o Clube Desportivo Carapinheirense recebe 12,50 euros por hora de utilização pagos pelo Ministério da Educação para utilização do Pavilhão o que dá uma média mensal de 800 a 900 euros e em 10 meses de utilização 9000 euros, sendo, no entanto, de sua responsabilidade o pagamento de toda a água, luz, gás, manutenção, reposição”. -----

-----O Membro Mário Pardal pediu a palavra e disse: “Porque estamos no final do mês de Junho, antes de terminar, aproveito para em nome do grupo desejar umas boas férias retemperadoras a todos os elementos para que, em Setembro, possamos com todo o nosso espírito democrático continuarmos desenvolver trabalho profícuo em prol do nosso Concelho”.-----

-----O PMAM usou da palavra dizendo: “Permitam-me que agradeça a todos a presença, o empenho e a dedicação que tiveram na reunião de hoje e desejo que tenhamos todos umas boas férias para que possamos, em Setembro, retomar os nossos serviços com uma dinâmica que proporcione um bom desempenho das nossas funções. Bem haja a todos e uma boa tarde”.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2006, Junho, 28

----- O PMAM perguntou, finalmente, aos elementos do público presente se desejavam fazer alguma intervenção. Não tendo havido qualquer pedido nesse sentido, deu por encerrada a Sessão às 18.30 horas. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos